



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ACTA NÚMERO 75/XI/ 2.ª SL

Aos 05 dias do mês de Abril de 2011, pelas 17:00 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Europeus, na sala 1 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem do Dia:

- 1 - Apreciação do Relatório de Actividades relativo à 2ª Sessão Legislativa;
- 2 - Apresentação do Relatório sobre a visita à Turquia;
- 3 - Designação dos Membros da CAE à delegação da XLV COSAC em 29, 30 e 31 de Maio, em Budapeste;
- 4 - Aprovação do Questionário para o Relatório Bianual da COSAC;
- 5 - Deliberação sobre o contributo da AR para a Comissão SURE do PE;
- 6 - Apreciação e votação dos Pareceres elaborados na CAE no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias:
 - Proposta de Directiva do PE e do Conselho relativa à utilização dos dados dos registos de identificação dos passageiros para efeitos de prevenção, detecção, investigação e repressão das infracções terroristas e da criminalidade grave [COM (2011) 32] com Relatório da 1ª Comissão;
 - Proposta de Directiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à aproximação das legislações dos Estados-Membros respeitante às unidades de medida (Codificação) [COM (2010) 507] com Relatório da 6ª Comissão;
 - Primeiro Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho sobre a imigração e o asilo (2009) [COM (2010) 214 Final] com Relatório da 1ª Comissão;
 - Comunicação da Comissão ao PE, ao Conselho e ao Comité Económico e Social Europeu - Uma estratégia europeia para veículos não poluentes e energeticamente eficientes [COM (2010) 186 Final] com Relatório da 6ª Comissão;
 - Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões: Desenvolver a Dimensão Europeia do Desporto [COM (2011) 12 e SEC (2011) 66, 67, 68] com Relatório da 8ª Comissão;
 - Proposta de Regulamento do Conselho que estabelece os critérios que permitem determinar em que momento é que certos tipos de sucata metálica deixam de

- constituir um resíduo, na acepção da Directiva 2008/98/CE do Parlamento Europeu e do Conselho [COM (2010) 576] com Relatório da 12ª Comissão;
- Relatório da Comissão - Relatório anual sobre o Fundo de Coesão (2009) [COM (2010) 589] com Relatório da 6ª Comissão;
 - Relatório da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu - Avaliação de 2010 da implementação do plano de acção da EU sobre Biodiversidade [COM (2010) 548 Final] com Nota da 12ª Comissão;
 - Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões: Energia 2020 - Estratégia para uma energia competitiva, sustentável e segura [COM (2010) 639] com Relatório da 6ª Comissão;
 - Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho sobre a isenção da proibição de cádmio concedida para pilhas e acumuladores portáteis destinados a utilização de ferramentas eléctricas sem fios nos termos do artigo 4.º, n.º4, da Directiva 2006/66/CE, de 6 de Setembro de 2006, relativa a pilhas e acumuladores e respectivos resíduos e que revoga a Directiva 91/157/CEE [COM (2010) 698 Final] com Nota da 12ª Comissão;
 - Relatório da Comissão ao Parlamento e ao Conselho sobre a aplicação do mecanismo Forest Focus em conformidade com o Regulamento (CE) n.º 2152/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de Novembro de 2003, relativo ao acompanhamento das florestas e das interações ambientais na Comunidade [COM (2010) 430] com Relatório da 12ª Comissão;
 - Relatório da Comissão: Painel de Avaliação dos Auxílios estatais concedidos pelos Estados-Membros da EU - Actualização do Outono de 2010 [COM (2010) 701] com Relatório da 6ª Comissão;
 - Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho - Rumo a um melhor quadro de supervisão do mercado para Regime de Comércio de Licenças de Emissão da EU [COM(2010)796 Final] com Relatório da 12ª Comissão;
 - Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, Ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões sobre "Contributo da Política Regional para um crescimento inteligente no quadro da estratégia «Europa 2020» [COM (2010) 553 Final] com Relatório da 6ª Comissão;
 - "Comunicação da Comissão ao Comité, ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões: Comércio. Crescimento e questões internacionais - A política comercial como um elemento central da estratégia da UE para 2020 [COM(2010)612 Final] com Relatório da 6ª Comissão;
 - Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho - Conhecimento do Meio Marinho 2020 - Dados e observações sobre o meio marinho com vista a

um crescimento sustentável e inteligente [COM (2010) 461 Final] com Relatório da 3ª Comissão e Nota da 12ª Comissão;

- Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que altera o Regulamento (CE) n.º 428/2009 do Conselho que cria um regime comunitário de controlo das exportações, transferências, corretagem e trânsito de produtos de dupla utilização [COM (2010) 509] com Relatório da 3ª Comissão;
- Proposta de Decisão do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à mobilização do Fundo de solidariedade da EU [COM(2011)10] com Relatório da 12ª Comissão;
- Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões: Combater o Abando Escolar Precoce: Um Contributo Essencial para a Estratégia 2020 e Proposta de Recomendação do Conselho sobre as políticas de redução do abandono escolar precoce [COM (2011)18 e COM (2011)19] com Relatório da 8ª Comissão;
- Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões: Contributo da Política Regional para o Crescimento Sustentável na Europa 2020 [COM(2011)17] com Relatório da 6ª Comissão;
- Relatório da Comissão ao PE e ao Conselho sobre a Oportunidade e a Viabilidade da Apresentação de uma Proposta Legislativa no sentido de permitir à AESA a Cobrança de Taxas (2006-2009) [COM(2010) 496] com Relatório da 6ª Comissão.

7- Deliberação sobre os Relatórios elaborados pelas Comissões competentes e remetidos à CAE, no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias, e que não foram objecto de Parecer da CAE;

8- Informação sobre as deliberações da Conferência de Presidentes e da Conferência de Líderes relativamente ao escrutínio de iniciativas europeias remetidas ao abrigo do Protocolo 2 (prazo de 8 semanas) durante a dissolução da AR;

9 - Nomeação de Deputados Autores de Pareceres para escrutínio de iniciativas europeias no âmbito do Protocolo n.º 2 do Tratado de Lisboa;

10- Apreciação e votação das actas das reuniões ordinárias n.ºs 63, 65, 68, 70, 72, 73 e 74 e da acta da reunião da Mesa e Coordenadores n.º 7;

11- Outros Assuntos.

O Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Europeus, Deputado Vitalino Canas (PS), iniciou a reunião, apresentando sucintamente o Relatório de Actividades da Comissão relativo à 2ª Sessão Legislativa, elaborado pelos Serviços de Apoio à Comissão, e dando conta que o mesmo seria actualizado posteriormente

relativamente aos dados de reuniões, de faltas e presenças, dos números relacionados com o escrutínio e com as deslocações a reuniões interparlamentares.

O Sr. Deputado João Serpa Oliva (CDS-PP) solicitou a palavra para congratular os Serviços pelo Relatório e congratular o Grupo Parlamentar do CDS-PP por não ter qualquer falta injustificada.

Não havendo mais nenhuma inscrição, o Sr. Presidente da Comissão submeteu a votação o Relatório, o qual foi aprovado por unanimidade.

No segundo ponto da Ordem do Dia, o Sr. Presidente da Comissão apresentou o Relatório sobre a visita à Turquia e assinalou a forma como a delegação da Comissão de Assuntos Europeus foi recebida na Turquia e, em particular, a forma inexcelável com que a assessora turca acompanhou a delegação.

No ponto três da Ordem do Dia, o Sr. Presidente da Comissão referiu que se iria realizar a XLV COSAC de 29 a 31 de Maio, em Budapeste, a qual teria os seguintes temas: "Ponto de situação da Presidência húngara do Conselho da UE"; "O caminho da recuperação: Governação económica, Estratégia Europa 2020 e Semestre Europeu"; "Regulamento da COSAC"; "Acompanhamento parlamentar da PESC-PCSD: Resultados da Conferência de Presidentes de Parlamentos nacionais". Neste contexto, referiu que seria importante designar desde já os membros da CAE que irão constituir a delegação à COSAC, recordando que a delegação seria composto pelo Presidente da CAE, 2 deputados do PS, 2 deputados do PSD e 1 deputado do PCP, atendendo à rotatividade do sexto elemento, que foi determinada no início da presente Legislatura.

O Sr. Deputado Honório Novo (PCP) pediu a palavra para referir que será muito difícil para o PCP indicar alguém para estar presente nesta COSAC, atendendo a que a mesma se realiza uma semana antes das eleições, pelo que coloca o seu lugar à disposição.

O Sr. Deputado Pedro Brandão Rodrigues (CDS-PP) invocou as mesmas razões do PCP e sugeriu que atendendo às actuais circunstâncias políticas e económicas se deveria considerar uma delegação mais reduzida, eventualmente apenas de 3 Deputados.

O Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Europeus considerou que a delegação não pode ser reduzida de acordo com os Regulamentos da COSAC e a prática da Assembleia da República e que também não o deve ser relativamente aos

compromissos do Parlamento português, no âmbito da cooperação interparlamentar, que se traduzem numa participação activa.

O Sr. Deputado Luís Rodrigues (PSD) concordou com o Sr. Presidente no sentido que o Parlamento não deve reduzir a delegação, pois tratam-se de compromissos internacionais que a Assembleia da República deve continuar a corresponder.

O Sr. Deputado Pedro Brandão Rodrigues (CDS-PP) afirmou que este era o entendimento de princípio do CDS-PP, mas que em face das considerações aqui prestadas iria colocar a questão no seio do seu Grupo Parlamentar e informaria posteriormente os Serviços.

A Sra. Deputada Cecília Honório (BE) solicitou a palavra para colocar reservas idênticas às demonstradas pelo PCP e afirmando que o BE também teria dificuldades em designar algum Deputado para integrar a delegação.

O Sr. Presidente da Comissão solicitou que fosse indicado, ainda que a título provisório, os membros designados pelo PS e PSD aos Serviços.

No quarto ponto da Ordem do Dia, o Presidente submeteu à apreciação da Comissão de Assuntos Europeus a resposta ao Questionário para o Relatório Bianual da COSAC preparada pelos Serviços de Apoio Técnico à Comissão.

O Sr. Deputado Pedro Brandão Rodrigues (CDS-PP) solicitou a palavra para referir que o texto da resposta se encontra equilibrado e bastante bem feito. Contudo, suscitou dúvidas sobre o terceiro parágrafo do ponto 1.1 referindo que deveria ser mencionado que se trata do PEC IV, que reflecte os falhanços sucessivos do Governo no que diz respeito às previsões macroeconómicas.

O Sr. Presidente referiu que a frase em questão se encontra tecnicamente correcta, porque estamos a falar de uma questão enquadrada pelo Semestre Europeu.

O Sr. Deputado Sérgio Sousa Pinto (PS) ironizou, afirmando que, pela mesma ordem de ideias, podemos sempre dizer que o próximo Orçamento de Estado será o 36.º desde 1974.

O Sr. Deputado José de Bianchi (PS) considerou que desenvolver a frase em questão poderia ser de mais para o texto que se pretende.

O Sr. Deputado Honório Novo (PCP) pediu a palavra para referir que esta resposta não pretende fazer História, contudo, referiu que o PEC IV é, de facto, a revisão do PEC 2010-2013, pelo que se calhar seria mais correcto alterar a frase no sentido de acomodar esta precisão.

O Sr. Presidente demonstrou disponibilidade para alterar o parágrafo se for possível chegar a um consenso na reunião, mas considerou que a própria pergunta do questionário baliza temporalmente a resposta e que não terá assim tanto interesse explicar o procedimento, mas tão só a consequência.

O Sr. Deputado João Serpa Oliva (CDS-PP) propõe que seja referido “foram apresentados cinco projectos de resolução, que acabaram por inviabilizar o PEC”.

O Sr. Deputado Honório Novo (PCP) sugeriu que se fizesse referência à proposta de revisão do PEC, bem como ao PEC original aprovado em Março de 2010. Demonstrou concordância com o Sr. Presidente da Comissão quando este referiu que para efeitos da COSAC é indiferente que seja rejeitado ou aprovado directamente ou através de projectos de resolução, pelo que, de facto, o que importa é a consequência.

A Sra. Deputada Ana Catarina Mendes (PS) propôs, que colhidos os diferentes comentários feitos, os Serviços de Apoio da Comissão remetessem um email aos Coordenadores com a nova redacção da frase, que deveria incluir que este PEC é a revisão do anterior e que o PEC foi aprovado, mas a sua revisão foi rejeitada. Finalmente, considerou que deveria ser mantida a consequência pois de facto a queda do Governo adveio da rejeição do PEC.

O Sr. Deputado Honório Novo (PCP) sugeriu que fosse expurgado do texto as considerações que eventualmente tenha, mas concorda com a proposta da Sra. Deputada Ana Catarina Mendes (PS).

O Sr. Presidente concluiu o debate referindo que os Serviços iriam preparar uma proposta de nova redacção e fazê-la circular pelos coordenadores.

No ponto cinco da Ordem do Dia, o Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Europeus propôs que fosse enviada uma carta à Comissão SURE informando-a que a Assembleia da República não iria remeter qualquer contributo, justificando esse facto com a actual situação política. Esta proposta mereceu a concordância dos restantes membros da Comissão.

No sexto ponto da Ordem do Dia, foram apreciados e votados os Pareceres elaborados pelos Srs. Deputados membros da Comissão de Assuntos Europeus, no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias.

A Sra. Deputada Ana Catarina Mendes (PS) tomou a palavra e prescindiu de apresentar o seu Parecer sobre a Proposta de Directiva do PE e do Conselho relativa à utilização dos dados dos registos de identificação dos passageiros para efeitos de prevenção, detecção, investigação e repressão das infracções terroristas e da criminalidade grave [COM (2011) 32], pois tinha Relatório da 1ª Comissão e, na generalidade, concordava com as considerações apresentadas.

O Sr. Deputado Honório Novo (PCP) pediu a palavra para referir que não colocava em causa a qualidade do parecer, mas que atendendo à matéria se iria distanciar da aprovação deste Parecer.

O Parecer foi então submetido a votação, tendo sido aprovado com os votos a favor do PS, PSD e CDS-PP e os votos contra do BE e PCP.

De seguida, a Sra. Deputada Ana Catarina Mendes (PS) apresentou o seu Parecer sobre a Proposta de Directiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à aproximação das legislações dos Estados-Membros respeitante às unidades de medida (Codificação) [COM (2010) 507] com Relatório da 6ª Comissão. O parecer foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do BE e PCP.

A Sra. Deputada Ana Catarina Mendes (PS) apresentou ainda o Parecer da sua autoria relativo ao Primeiro Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho sobre a imigração e o asilo (2009) [COM (2010) 214 Final] com Relatório da 1ª Comissão. A este propósito, a Sra. deputada Autora do parecer referiu que Portugal se encontra num bom lugar no ranking dos países com melhores níveis de integração. O parecer foi então submetido a votação, tendo sido aprovado com os votos a favor do PS, PSD, CDS-PP e PCP e a abstenção do BE.

O Sr. Deputado José Ribeiro (PS) apresentou o seu Parecer sobre a Comunicação da Comissão ao PE, ao Conselho e ao Comité Económico e Social Europeu - Uma estratégia europeia para veículos não poluentes e energeticamente eficientes [COM (2010) 186 Final] com Relatório da 6ª Comissão. Este Parecer foi aprovado por unanimidade.

O Sr. Deputado José de Bianchi (PS) apresentou os seus Pareceres relativos à Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité

Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões: Desenvolver a Dimensão Europeia do Desporto [COM (2011) 12 e SEC (2011) 66, 67, 68] com Relatório da 8ª Comissão e à Proposta de Regulamento do Conselho que estabelece os critérios que permitem determinar em que momento é que certos tipos de sucata metálica deixam de constituir um resíduo, na aceção da Directiva 2008/98/CE do Parlamento Europeu e do Conselho [COM (2010) 576] com Relatório da 12ª Comissão. Ambos os pareceres foram submetidos a apreciação, tendo sido aprovados por unanimidade.

O Sr. Deputado José de Bianchi (PS) apresentou ainda o parecer sobre o Relatório da Comissão - Relatório anual sobre o Fundo de Coesão (2009) [COM (2010) 589] com Relatório da 6ª Comissão. Este parecer foi aprovado com os votos a favor do PS, PSD, CDS-PP e BE e com a abstenção do PCP.

De seguida, o Sr. Deputado Carlos São Martinho (PSD) apresentou os Pareceres relativos ao Relatório da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu - Avaliação de 2010 da implementação do plano de acção da EU sobre Biodiversidade [COM (2010) 548 Final] com Nota da 12ª Comissão; ao Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho sobre a isenção da proibição de cádmio concedida para pilhas e acumuladores portáteis destinados a utilização de ferramentas eléctricas sem fios nos termos do artigo 4.º, n.º4, da Directiva 2006/66/CE, de 6 de Setembro de 2006, relativa a pilhas e acumuladores e respectivos resíduos e que revoga a Directiva 91/157/CEE [COM (2010) 698 Final] com Nota da 12ª Comissão; e ao Relatório da Comissão ao Parlamento e ao Conselho sobre a aplicação do mecanismo Forest Focus em conformidade com o Regulamento (CE) n.º 2152/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de Novembro de 2003, relativo ao acompanhamento das florestas e das interacções ambientais na Comunidade [COM (2010) 430] com Relatório da 12ª Comissão. Estes pareceres foram aprovados por unanimidade.

O Sr. Deputado Carlos São Martinho (PSD) apresentou ainda os Pareceres sobre a Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões: Energia 2020 - Estratégia para uma energia competitiva, sustentável e segura [COM (2010) 639] com Relatório da 6ª Comissão e sobre a Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho - Rumo a um melhor quadro de supervisão do mercado para Regime de Comércio de Licenças de Emissão da UE [COM(2010)796 Final] com Relatório da 12ª Comissão. Estes Pareceres foram submetidos a votação tendo sido aprovados com os votos a favor do PS, PSD, CDS-PP e BE e com a abstenção do PCP.

O Sr. Deputado Carlos São Martinho (PSD) apresentou ainda o Parecer sobre o Relatório da Comissão: Painel de Avaliação dos Auxílios estatais concedidos pelos Estados-Membros da EU - Actualização do Outono de 2010 [COM (2010) 701] com Relatório da 6ª Comissão. Este Parecer foi aprovado com os votos a favor do PS, PSD e CDS-PP e com a abstenção do BE e PCP.

Ainda no mesmo ponto da Ordem do Dia Sr. Deputado Pedro Brandão Rodrigues (CDS-PP) apresentou os Pareceres sobre a Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, Ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões sobre "Contributo da Política Regional para um crescimento inteligente no quadro da estratégia «Europa 2020» [COM (2010) 553 Final] com Relatório da 6ª Comissão e sobre a Comunicação da Comissão ao Comité, ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões: Comércio. Crescimento e questões internacionais - A política comercial como um elemento central da estratégia da UE para 2020 [COM(2010)612 Final] com Relatório da 6ª Comissão. Ambos os pareceres foram aprovados com os votos a favor do PS, PSD e CDS-PP, a abstenção do PCP, registando-se a ausência do BE.

O Sr. Deputado Pedro Brandão Rodrigues (CDS-PP) apresentou ainda os Pareceres relativos ao Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho - Conhecimento do Meio Marinho 2020 - Dados e observações sobre o meio marinho com vista a um crescimento sustentável e inteligente [COM (2010) 461 Final] com Relatório da 3ª Comissão e Nota da 12ª Comissão; à Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que altera o Regulamento (CE) n.º 428/2009 do Conselho que cria um regime comunitário de controlo das exportações, transferências, corretagem e trânsito de produtos de dupla utilização [COM (2010) 509] com Relatório da 3ª Comissão; e à Proposta de Decisão do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à mobilização do Fundo de solidariedade da EU [COM(2011)10] com Relatório da 12ª Comissão. Os três pareceres foram aprovados por unanimidade, registando-se a ausência do BE.

De seguida o Sr. Deputado João Serpa Oliva (CDS-PP) apresentou o seu parecer sobre a Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões: Combater o Abando Escolar Precoce: Um Contributo Essencial para a Estratégia 2020 e Proposta de Recomendação do Conselho sobre as políticas de redução do abandono escolar precoce [COM (2011)18 e COM (2011)19] com Relatório da 8ª Comissão. Este Parecer foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do BE.

Atendendo a que a Sra. Deputada Vânia Jesus (PSD) não se encontrava presente na reunião, o seu parecer sobre a Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões: Contributo da Política Regional para o Crescimento Sustentável na Europa 2020 [COM(2011)17] com Relatório da 6ª Comissão, foi apresentado pelo Sr. Deputado Luís Rodrigues (PSD), que aproveitou para referir que se trata de um documento muito importante para o próximo governo, qualquer que ele seja e que se deve acompanhar os desenvolvimentos desta Comunicação. O Parecer foi então submetido a votação, tendo sido aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do BE.

Finalmente, o Sr. Deputado José Ferreira Gomes (PSD) apresentou o seu Parecer sobre o Relatório da Comissão ao PE e ao Conselho sobre a Oportunidade e a Viabilidade da Apresentação de uma Proposta Legislativa no sentido de permitir à AESA a Cobrança de Taxas (2006-2009) [COM(2010) 496] com Relatório da 6ª Comissão. Aproveitou para referir que este Relatório refere-se à cobrança de uma taxa, cuja criação deveria ter sido objecto de um escrutínio mais aprofundado e que a AR deveria participar e agir nestas áreas.

A Sra. Deputada Ana Catarina Mendes (PS) referiu, a título pessoal, que ao longo desta legislatura, muitas vezes os Relatórios das Comissões parlamentares competentes chegam à Comissão de Assuntos Europeus sem qualquer análise ou crítica (positiva ou negativa) à matéria objecto da iniciativa. De facto mais do que o "carimbo" que atesta a observância do princípio da subsidiariedade, deveria existir uma crescente preocupação em olhar para a substância das iniciativas. Aliás, sobre a proposta em análise, questiona se ela deveria ser objecto de análise e, por outro lado, se Sr. Deputado não deveria tecer essas considerações por escrito e não apenas oralmente.

O Sr. Deputado José Ferreira Gomes (PSD) respondeu referindo que não pretendia criticar o trabalho desenvolvido, mas tão somente contribuir para o debate sobre o escrutínio dos assuntos europeus.

O Sr. Deputado Luís Rodrigues (PSD) solicitou a palavra para referir que a relação desta Comissão com as outras Comissões melhorou muito nos últimos tempos e que isso se deve aos assessores dos Grupos Parlamentares, a uma maior sensibilidade por parte dos Deputados para estas matérias, mas também à diligência e ao trabalho desenvolvido pelos Serviços de Apoio à CAE. Contudo, o Sr. Deputado acredita que a Assembleia da República ainda não deu aos assuntos europeus a importância e o relevo que estes devem ter. Do mesmo modo, o

governo nem sempre valorizou a sua presença na Comissão de Assuntos Europeus, nem a importância da mesma, pelo que existiram situações em que as relações com o Governo podiam e deveriam ter sido bem melhores. Concluiu que o processo de escrutínio teve significativos avanços, mas que ainda existe um longo caminho a percorrer.

O Presidente da Comissão, Deputado Vitalino Canas (PS), referiu que os assuntos europeus requerem uma grande paciência e que o caminho se faz degrau a degrau. Contudo os assuntos europeus serão cada vez mais presença constante e isso é um caminho que se está a trilhar.

O Sr. Deputado Luís Rodrigues (PSD) acrescentou ainda que alguns assuntos que podem parecer menos importantes, são, de facto, muito relevantes económica e socialmente, dando como exemplo o caso da iniciativa sobre a sucata.

Antes de concluir este ponto da Ordem do dia, o Sr. Presidente submeteu a votação o Parecer do Sr. Deputado José Ferreira Gomes (PSD), o qual foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do BE e PCP.

No ponto sete da Ordem do Dia, o Sr. Presidente propôs à consideração da Comissão, relativamente aos Relatórios elaborados pelas Comissões competentes e remetidos a esta Comissão, no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias, e que não foram objecto de Parecer, que os mesmos fossem remetidos às instituições europeias sem Parecer da Comissão de Assuntos Europeus. Este procedimento valorizaria o trabalho desenvolvido pelas Comissões Competentes. As restantes situações, designadamente Notas de Não escrutínio e iniciativas da competência desta Comissão consideram-se processos de escrutínio encerrados. A Comissão concordou com a proposta, tendo deliberado nesse sentido.

No oitavo ponto da Ordem do Dia, o Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Europeus informou os membros da Comissão sobre as deliberações da Conferência de Presidentes e da Conferência de Líderes relativamente ao escrutínio de iniciativas europeias remetidas ao abrigo do Protocolo 2 (prazo de 8 semanas) durante a dissolução da AR. De acordo com a decisão da Conferência de Presidentes de Comissões de dia 31 de Março, a CAE poderá reunir para escrutínio do princípio da subsidiariedade nas iniciativas europeias remetidas ao abrigo do Protocolo n.º 2, tendo a Conferência de Líderes deliberado, em 1 de Abril de 2011, que "as Comissões Parlamentares reunirão exclusivamente para redacção final de diplomas, com excepção (...) e da Comissão de Assuntos Europeus, que poderá reunir para os casos de escrutínio a realizar ao abrigo do Protocolo 2 anexo ao

Tratado de Lisboa, relativo à análise da conformidade de propostas legislativas europeias com o princípio da subsidiariedade, em ambos os casos mediante autorização do Presidente da Assembleia da República”.

O Sr. Presidente propôs, de seguida, que para o referido efeito a Comissão solicitasse autorização para reunir nos dias 20 de Abril e 19 de Maio, previamente à realização da Conferência de Líderes. Estas datas mereceram a concordância dos presentes.

No ponto nove da Ordem do Dia, foram nomeados Deputados Autores de Pareceres para escrutínio de iniciativas europeias no âmbito do Protocolo n.º 2 do Tratado de Lisboa. Assim, o Sr. Deputado António gameiro (PS) foi nomeado para elaborar os Pareceres relativos à Proposta de Directiva do Parlamento Europeu e do Conselho que altera as Directivas 89/666/CEE, 2005/56/CE e 2009/101/CE no que respeita à interconexão dos registos centrais, registos comerciais e registos das sociedades (Texto relevante para efeitos do EEE) [COM(2011)79] com Relatório da 1.ª Comissão e à Proposta de Directiva do Conselho relativa a uma matéria colectável comum consolidada do imposto sobre as sociedades (MCCCIS) [COM (2011) 121].

A Sra. Deputada Ana Catarina Mendes (PS) foi nomeada para elaborar o Parecer sobre a Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho, que altera o Regulamento (CE) n.º 562/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho que estabelece o código comunitário relativo ao regime de passagem de pessoas nas fronteiras (Código das Fronteiras Schengen) e a Convenção de aplicação do Acordo de Schengen [COM (2011) 118] com Relatório da 1.ª Comissão.

O Grupo Parlamentar do PSD indicou o Sr. Deputado Luís Pedro Pimentel (PSD) para elaborar o Parecer sobre a Proposta alterada de regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que altera o Regulamento (CE) n.º1073/1999 relativo aos inquéritos efectuados pelo Organismo Europeu de Luta Antifraude (OLAF) e que revoga o Regulamento (Euratom) n.º 1074/1999 [COM (2011) 135] com Relatório da 1.ª Comissão; o Sr. Deputado Carlos São Martinho (PSD) para escrutinar a Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera o Regulamento (CE) n.º 1049/2001 relativo ao acesso do público aos documentos do Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão [COM (2011) 137]; e o Sr. deputado Pedro Duarte (PSD) para analisar o Pacote Legislativo relativo aos direitos patrimoniais dos casais internacionais: Proposta de Regulamento do Conselho relativo à competência, à lei aplicável, ao reconhecimento e à execução de decisões em matéria de regimes matrimoniais [COM (2011) 126] e Proposta de Regulamento do Conselho relativo à competência,

à lei aplicável, ao reconhecimento e à execução de decisões em matéria de efeitos patrimoniais das parcerias registadas [COM (2011) 127].

O Grupo Parlamentar do PS indicou, por último, o Sr. Deputado José Ribeiro (PS) para elaborar Parecer sobre a Proposta de DIRECTIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa aos contratos de crédito para imóveis de habitação (texto relevante para efeitos do EEE) [COM (2011) 142].

No décimo ponto da Ordem do Dia foram apreciadas e votadas as actas das reuniões ordinárias n.ºs 63, 65, 68, 70, 72, 73 e 74 e da acta da reunião da Mesa e Coordenadores n.º 7, tendo as mesmas sido aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do BE e PCP.

No último ponto da Ordem do Dia, o Sr. Presidente da Comissão informou que deu entrada o "Relatório Anual de acompanhamento da participação de Portugal na UE no ano de 2010", mas que atendendo à dissolução, o mesmo será apenas apreciado na próxima Legislatura.

De seguida informou que o Sr. Ministro Francês dos Assuntos Europeus, atendendo às novas circunstâncias políticas em Portugal, adiou a sua visita a Lisboa (estava prevista uma reunião com a CAE no dia 14 de Abril (quinta-feira) 09h30), referindo que o encontro será reagendado depois das eleições e da formação de um novo governo.

O Sr. Deputado Pedro Brandão Rodrigues (CDS-PP) solicitou a palavra para referir que foi uma honra ter pertencido a esta Comissão e recordar as palavras do Prof. Jorge Miranda quando este afirma, que o Parlamento está dissolvido, mas não está morto.

O Sr. Presidente deu por encerrada a reunião às 18:55 horas, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 17 Maio 2011.

O PRESIDENTE



(VITALINO CANAS)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alberto Costa
Ana Catarina Mendonça Mendes
Ana Couto
Arménio Santos
Carlos São Martinho
Cecília Honório
Honório Novo
João Serpa Oliva
José de Bianchi
José Ferreira Gomes
José Ribeiro
Luís Pedro Pimentel
Luís Rodrigues
Pedro Brandão Rodrigues
Pedro Duarte
Sérgio Sousa Pinto
Vitalino Canas

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Paulo Pisco
Vânia Jesus

Justificaram a falta os seguintes Senhores Deputados:

António Gameiro
Carlos Costa Neves